

MERCADO DE TRABALHO

Boletim Trimestral do Mercado de
Trabalho do Estado do Rio de Janeiro





EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Claudio Bomfim de Castro e Silva

Governador

Nicola Moreira Maccione

Secretaria de Estado da Casa Civil

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ

Izabel Maria Brito Toledo

Presidente

Diogenes Marcelo Ferreira Miranda

Vice-Presidência

Centro de Estatísticas Estudos e Pesquisas – CEEP

Nathalia Emygdia de Andrade

Diretora

Coordenadoria de Políticas Econômicas – COOPEC

Pedro Amaral Serra

Coordenador

Equipe Técnica

Gabriel Vale Napoleão

Gilberto Hermínio da Silva Filho

Pedro Amaral Serra

Samara Sthefani Oliveira Marques Martins

Projeto Gráfico, Diagramação e Design

Antonio Matos

Introdução	5
1. População fluminense de acordo com as divisões do mercado de trabalho	6
1.1 Força de trabalho desocupada	7
1.2 Taxa de desocupação	8
1.3 Condição em relação à força de trabalho	11
1.4 Condição de ocupação	12
1.5 Saldo de empregos	13
1.6 Saldo de empregos por grupamento de atividades econômicas	15
1.7 Taxa de desalento	17
1.8 Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	18
1.9 Pessoas ocupadas por grupamento de atividade no trabalho principal	19
1.10 Informalidade do setor privado	20
2. O perfil socioeconômico do Mercado de Trabalho do estado do Rio de Janeiro	21
2.1 Distribuição percentual por sexo	22
2.2 Distribuição percentual por grupo de idade	23
2.3 Distribuição percentual por nível de instrução	24
2.4 Distribuição percentual por cor ou raça	25
Conclusão	26



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Esta edição do boletim do mercado de trabalho do estado do Rio de Janeiro, referente ao segundo trimestre de 2024, utiliza duas importantes fontes de dados para a análise: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE e o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego. Ambas fornecem uma visão abrangente e detalhada sobre as dinâmicas do mercado de trabalho formal e informal, permitindo um acompanhamento das condições de vida da população fluminense.

Analisar o mercado de trabalho é fundamental para compreender as transformações nas condições de vida das pessoas, especialmente em um cenário econômico desafiador. Um mercado de trabalho estável, que garanta empregos formais e geração de renda, é peça-chave para assegurar que a população tenha acesso a bens e serviços essenciais de forma digna. Além disso, o efeito multiplicador da renda proveniente do trabalho impulsiona o consumo, o que, por sua vez, fomenta novos investimentos na economia do Estado, promovendo a recuperação e o crescimento econômico.

Portanto, entender as nuances e flutuações no mercado de trabalho do estado do Rio de Janeiro é essencial para a formulação de políticas públicas eficazes que não só promovam a inclusão social, mas também garantam um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico, ancorado na geração de emprego e renda.

Conforme destacado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho é um dos principais mecanismos de distribuição de renda e um fator crucial para a superação da pobreza e da desigualdade. No contexto brasileiro, a formalização do trabalho, medida pelo CAGED, é um indicador importante para avaliar a qualidade dos empregos e a proteção social dos trabalhadores.

O estado do Rio de Janeiro, como uma das principais economias do país, enfrenta desafios particulares em seu mercado de trabalho, relacionados à problemas estruturais, à crise fiscal e à necessidade de diversificar sua matriz econômica, muito dependente do desempenho do setor de óleo e gás. A análise dos dados do segundo trimestre de 2024 permitirá avaliar se houve avanços na geração de empregos, na formalização do trabalho e na redução das desigualdades, além de identificar os setores que mais contribuíram para a dinâmica do mercado de trabalho fluminense.

As definições apresentadas no quadro a seguir foram retiradas do glossário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, realizada pelo IBGE. Cada um desses conceitos desempenha um papel crucial na compreensão da dinâmica do mercado de trabalho, permitindo identificar tendências, analisar as características da força de trabalho e avaliar a eficácia das políticas públicas de emprego.

A tabela 1 apresenta os principais termos utilizados na PNAD contínua, como população em idade de trabalhar, população na força de trabalho, população ocupada e desocupada, além de indicadores como taxa de participação na força de trabalho e taxa de desocupação. Ao definir claramente esses termos, torna-se possível realizar uma análise mais rigorosa e comparativa dos dados da PNAD contínua, contribuindo para a construção de diagnósticos e a formulação de políticas públicas mais adequadas para promover o emprego e a melhoria das condições de trabalho da população.

Tabela 1 – Definição dos termos utilizados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Termo	Definição
População em idade de trabalhar	Pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência.
População na força de trabalho	Compreende as pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência.
População ocupada	Pessoas que trabalharam pelo menos uma hora em atividades remuneradas ou ajudando em atividades econômicas de familiares, ou temporariamente afastadas.
População desocupada	Pessoas que não estavam ocupadas, mas buscaram emprego nos últimos 30 dias e estavam disponíveis para começar a trabalhar na semana de referência.
População fora da força de trabalho	Pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência.
Taxa de participação na força de trabalho	Percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar.
Nível de ocupação	Percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade de trabalhar.
Nível de desocupação	Percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas em idade de trabalhar.
Taxa de desocupação	Percentual de desocupados em relação às pessoas na força de trabalho.

Fonte: Glossário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

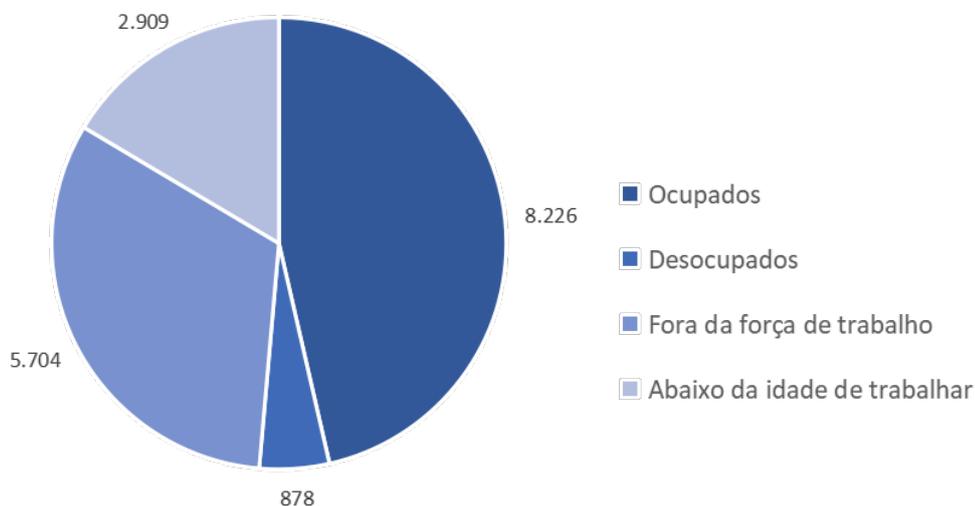
1. População fluminense de acordo com as divisões do mercado de trabalho

Analisar como a população fluminense está distribuída no mercado de trabalho, utilizando as categorias apresentadas pela PNAD Contínua, é essencial para compreender a dinâmica social e econômica do Estado. A distribuição em ocupados, desocupados, pessoas fora da força de trabalho e aquelas abaixo da idade de trabalhar permite identificar as proporções da população em atividade produtiva, as pressões sobre o mercado de trabalho e os desafios de inclusão social e econômica.

Entender o tamanho da população ocupada ajuda a medir a capacidade da economia de gerar empregos e garantir renda, enquanto a análise da desocupação aponta o nível de vulnerabilidade e a eficiência de políticas públicas de inserção no mercado de trabalho. As pessoas fora da força de trabalho, por sua vez, fornecem *insights* sobre a proporção da população que não está disponível para o trabalho, o que pode indicar fatores como a necessidade de políticas sociais como, por exemplo, de educação e qualificação profissional, saúde e assistenciais. Assim, essas informações permitem desenvolver políticas públicas mais direcionadas, tanto no combate ao desemprego quanto na ampliação das oportunidades econômicas, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento sustentável do estado do Rio de Janeiro.

O gráfico 1 apresenta a distribuição da população fluminense no segundo trimestre de 2024, de acordo com as divisões do mercado de trabalho. A maior parcela, representada por 8,2 milhões de pessoas, está ocupada, o que reflete uma participação significativa no mercado de trabalho formal ou informal. A segunda maior categoria, com 5,7 milhões de pessoas, corresponde àqueles fora da força de trabalho. A população desocupada totaliza 878 mil pessoas, mostrando uma menor representatividade. Por fim, 2,9 milhões de pessoas estão abaixo da idade de trabalhar, o que ressalta a importância do planejamento de longo prazo para a educação e inserção futura no mercado. Esses dados ajudam a compreender as dinâmicas econômicas e sociais da população do estado do Rio de Janeiro.

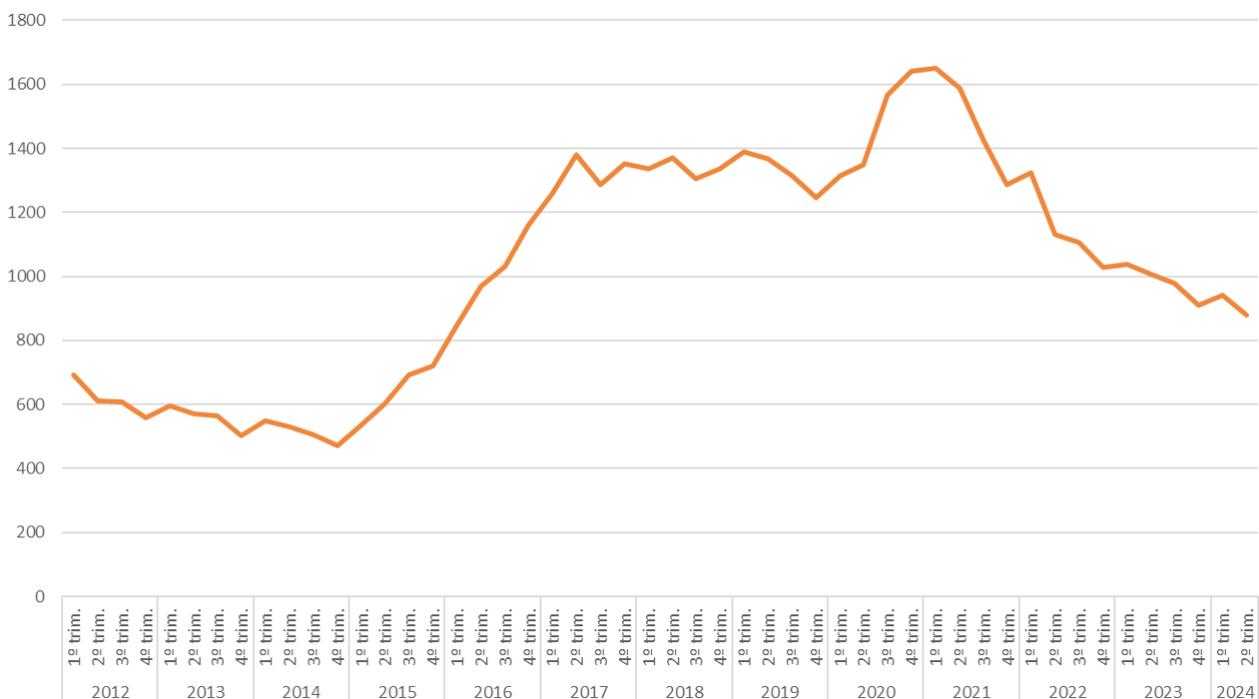
Gráfico 1 - População fluminense de acordo com as divisões do mercado de trabalho - 2º trimestre 2024 (em mil pessoas)



1.1 Força de trabalho desocupada

O gráfico 2 mostra um aumento gradual no número de desocupados nos anos anteriores à pandemia da COVID-19, indicando que o mercado de trabalho fluminense já enfrentava desafios antes da crise sanitária. A partir de 2020, observa-se um aumento significativo no número de desocupados, evidenciando o impacto da pandemia na economia do Estado. Após o pico da pandemia, a taxa de desemprego parece ter se estabilizado em um patamar mais elevado em relação ao período pré-pandêmico, indicando uma recuperação lenta do mercado de trabalho.

Gráfico 2 – Força de trabalho desocupada no estado do Rio de Janeiro (2012 - 2º trim. 2024)



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

1.2 Taxa de desocupação

A taxa de desocupação é um indicador crucial para analisar a saúde econômica do estado do Rio de Janeiro, pois reflete diretamente a capacidade do mercado de trabalho de absorver a força de trabalho disponível. Quando essa taxa está elevada, ela pode apontar para dificuldades econômicas, como uma desaceleração no crescimento, falta de investimentos, ou setores produtivos em declínio. Isso afeta não apenas a renda das famílias, mas também a demanda por bens e serviços, criando um ciclo que pode frear o desenvolvimento econômico.

Por outro lado, uma queda na taxa de desocupação geralmente indica que a economia está se recuperando ou em expansão, com mais oportunidades de emprego surgindo à medida que empresas contratam, investem e aumentam sua produção. Isso tem efeitos positivos sobre a arrecadação de impostos, consumo interno e confiança dos consumidores e investidores. No entanto, é importante considerar a qualidade desses empregos. Um cenário de desocupação em queda pode esconder um aumento de empregos informais ou de baixa remuneração, o que impacta negativamente o poder de compra e as condições de vida da população.

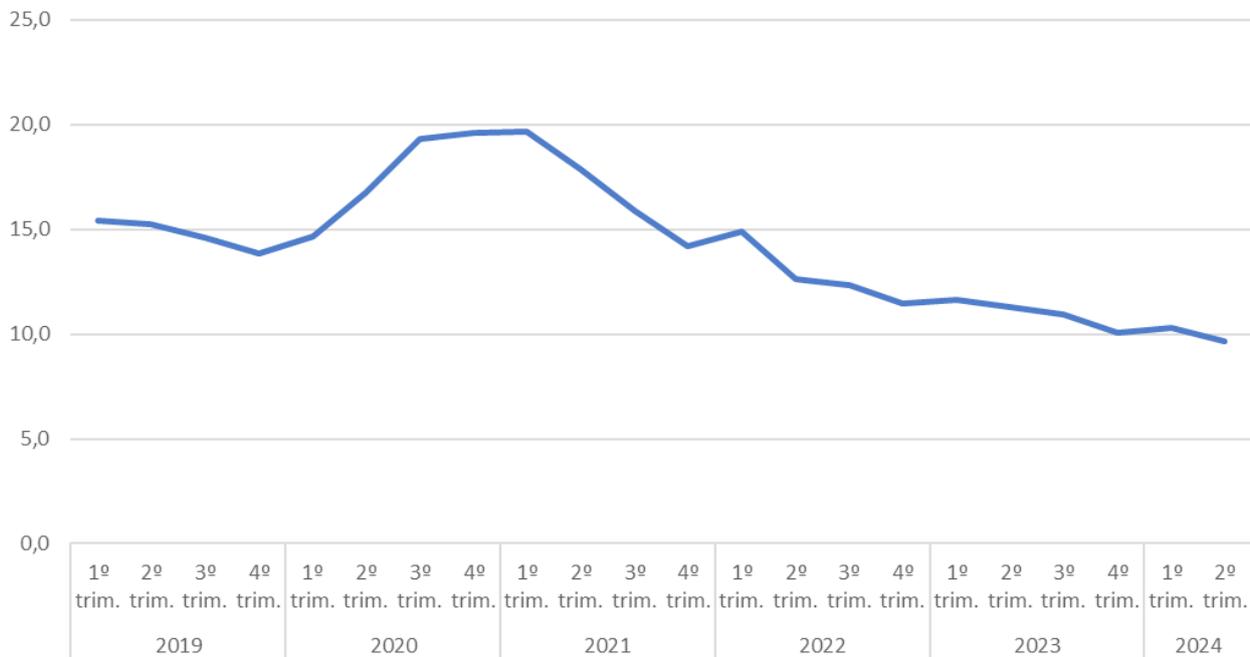
Portanto, a taxa de desocupação não só oferece um panorama imediato do mercado de trabalho, mas também funciona como um termômetro da dinâmica econômica mais ampla, influenciando decisões políticas, empresariais e sociais no Estado. Ela é fundamental para a elaboração de políticas públicas eficazes que visam tanto a criação de empregos quanto a promoção do desenvolvimento econômico sustentável no estado do Rio de Janeiro.

Observar a série histórica da taxa de desocupação do estado do Rio de Janeiro é fundamental para entender as dinâmicas estruturais e conjunturais do mercado de trabalho. Em termos econômicos, a análise dessa série permite identificar tendências de longo prazo, como períodos de recuperação ou deterioração do emprego, além de ciclos econômicos que impactam diretamente a oferta e demanda de mão de obra. Por exemplo, variações na taxa de desocupação ao longo do tempo podem refletir fatores macroeconômicos, como recessões, crises setoriais, ou políticas públicas, bem como mudanças demográficas e tecnológicas.

Para o setor privado, ela também é uma ferramenta útil para decisões de investimento, uma vez que o comportamento da desocupação está diretamente ligado à renda disponível e ao consumo das famílias. Portanto, acompanhar a evolução da taxa de desocupação no Estado é um indicador-chave tanto para políticas de desenvolvimento quanto para a análise de saúde econômica de uma região.

A série histórica da taxa de desocupação do estado do Rio de Janeiro, apresentada no gráfico 3, permite uma análise detalhada dos movimentos do mercado de trabalho ao longo dos últimos anos, especialmente do impacto de eventos externos e internos na economia. Observa-se um período inicial de relativa estabilidade entre 2019 e o início de 2020, seguido de um aumento acentuado da taxa de desocupação a partir do segundo trimestre de 2020, provavelmente relacionado aos efeitos econômicos da pandemia de COVID-19, que culminou em um pico próximo de 20% no final de 2020 e início de 2021. Esse aumento reflete a interrupção generalizada das atividades econômicas e o aumento do desemprego em diversos setores da economia fluminense.

Gráfico 3 – Taxa de desocupação (%) – estado do Rio de Janeiro (2019 a 2º trim. 2024)



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

A partir de 2021, nota-se uma reversão dessa tendência, com uma redução constante na taxa de desocupação. Esse movimento pode ser atribuído à retomada gradual das atividades econômicas, o que permitiu a absorção de trabalhadores ao longo dos trimestres subsequentes. Essa recuperação é importante, pois evidencia a resiliência do mercado de trabalho diante das adversidades e a eficácia de políticas de recuperação econômica no Estado.

No segundo trimestre de 2024, que é o foco do relatório, a taxa de desocupação atinge um patamar em torno de 9,6%, o que representa uma queda significativa em comparação com os níveis máximos observados durante a crise pandêmica. Este nível mais baixo de desocupação sugere uma estabilização do mercado de trabalho e indica que o estado conseguiu recuperar parte da força de trabalho que havia sido perdida. No entanto, mesmo com a queda contínua, é crucial acompanhar de perto essa taxa, já que uma desocupação de 9,6% ainda pode ser considerada elevada em relação a padrões históricos, apontando para desafios persistentes na criação de empregos de qualidade e na inclusão plena da força de trabalho.

Comparar a taxa de desocupação do estado do Rio de Janeiro com outros estados, regiões e o país é fundamental para entender o desempenho relativo do mercado de trabalho local e identificar desafios e oportunidades. Essas comparações permitem avaliar se o estado do Rio de Janeiro está seguindo tendências nacionais e regionais ou se enfrenta problemas específicos que exigem soluções direcionadas.

Além disso, a comparação pode revelar fatores estruturais e conjunturais que afetam de maneira distinta cada região. Por exemplo, se o estado do Rio de Janeiro apresenta uma taxa de desocupação consistentemente mais alta do que a média do Sudeste ou do Brasil, isso pode indicar dificuldades estruturais, como a dependência de setores em declínio, gestão econômica ineficaz ou desafios sociais que afetam a criação de empregos.

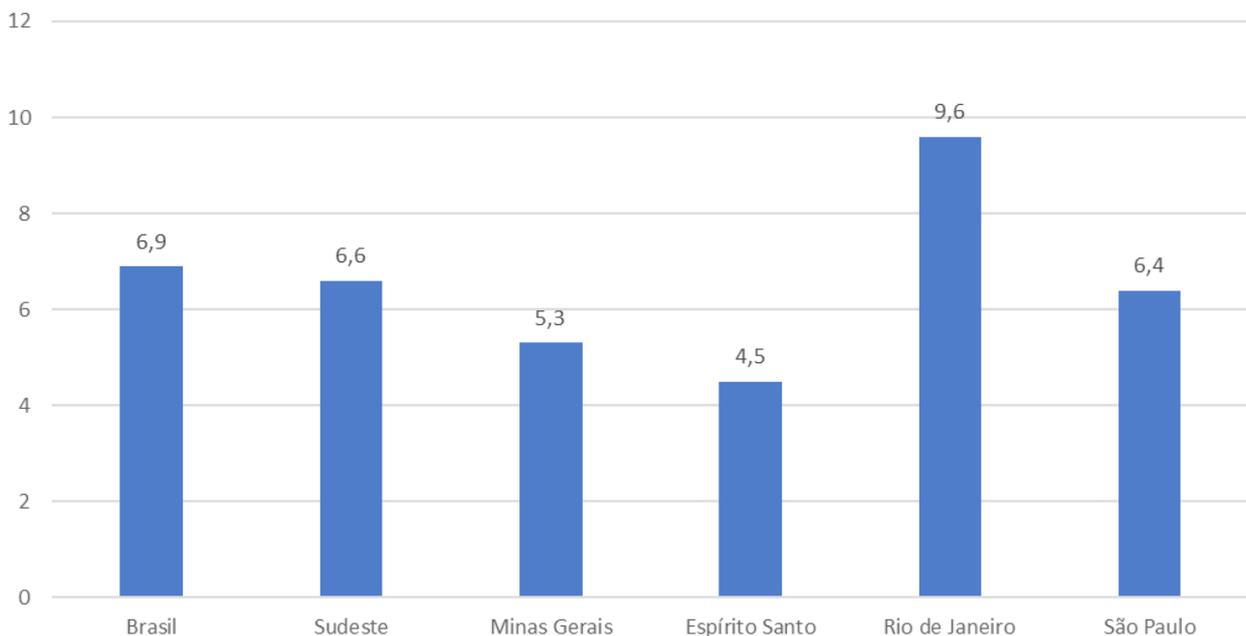
Por fim, comparações entre estados, regiões e o país permitem monitorar o impacto de eventos externos, como crises econômicas ou mudanças políticas, e medir a eficácia de intervenções econômicas e

sociais ao longo do tempo.

O gráfico 4 mostra a taxa de desocupação no segundo trimestre de 2024 para o Brasil, a região Sudeste e os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Observa-se que o estado do Rio de Janeiro apresenta a maior taxa de desocupação, com 9,6%, superando tanto a média nacional (6,9%) quanto a média da região Sudeste (6,6%). Esse valor é significativamente mais alto do que o dos estados vizinhos: Minas Gerais (5,3%) e Espírito Santo (4,5%), ambos com taxas de desocupação consideravelmente mais baixas. São Paulo, o estado mais populoso da região Sudeste, apresenta uma taxa de 6,4%, ligeiramente abaixo da média nacional e da região.

A alta taxa de desocupação do estado do Rio de Janeiro em comparação com os estados vizinhos e com o próprio Sudeste sugere que o Estado enfrenta desafios específicos no mercado de trabalho que não estão presentes com a mesma intensidade em outros locais. Fatores estruturais, como a retração em setores industriais e de serviços importantes no Estado, além de problemas econômicos e administrativos, podem estar influenciando essa dificuldade de recuperação. A discrepância em relação a Minas Gerais e Espírito Santo, que têm economias menores, mas registram taxas de desocupação bem mais baixas, destaca a complexidade do cenário econômico fluminense e reforça a necessidade de políticas públicas direcionadas para gerar emprego e melhorar a competitividade local.

Gráfico 4 – Taxa de desocupação (%) - estado do Rio de Janeiro - 2º trim. 2024



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

1.3 Condição em relação à força de trabalho

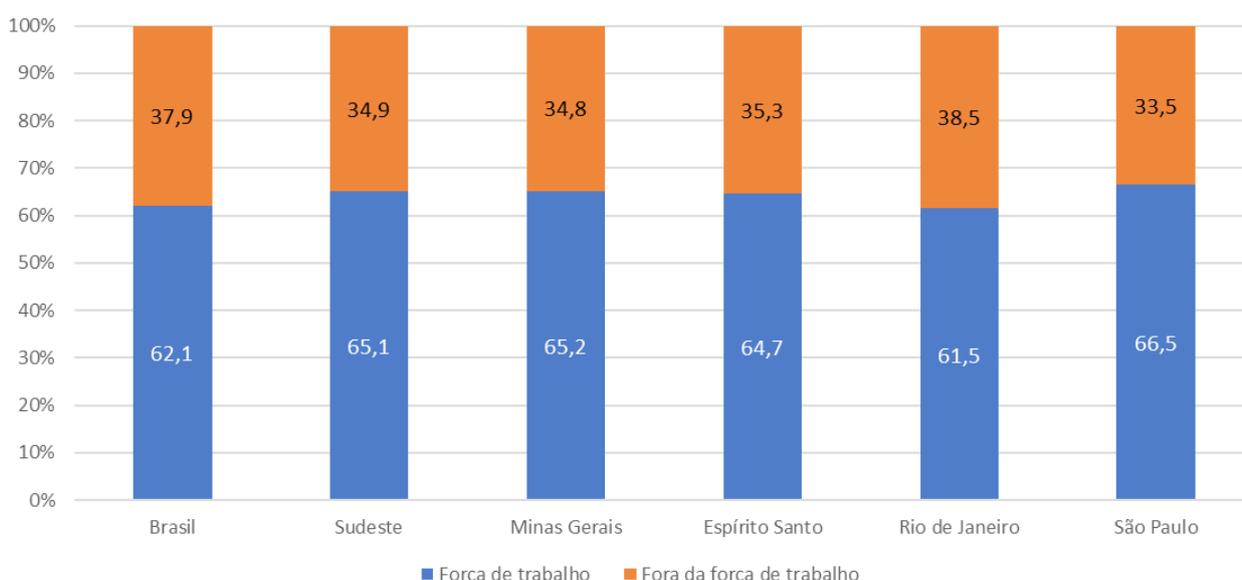
O gráfico 5 compara a condição da população de 14 anos ou mais em relação à força de trabalho no segundo trimestre de 2024, destacando a porcentagem de pessoas dentro e fora da força de trabalho para o Brasil, a região Sudeste, e os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Os integrantes da força de trabalho são os ocupados e desocupados na semana de referência, ou seja, aqueles que trabalharam ou procuraram trabalho.

No caso do Rio de Janeiro, observa-se que 61,5% da população em idade de trabalhar está inserida na força de trabalho, enquanto 38,5% estão fora dela. Comparando com o Brasil, o percentual de pessoas na força de trabalho no Rio de Janeiro está ligeiramente abaixo da média nacional, que é de 62,1%, o que sugere uma menor participação relativa no mercado de trabalho. Essa diferença se torna mais evidente quando comparada com a média da região Sudeste, que apresenta 65,1% de pessoas na força de trabalho, e com estados como São Paulo (66,5%) e Espírito Santo (64,7%).

A taxa de pessoas fora da força de trabalho no Rio de Janeiro (38,5%) é mais alta do que a média nacional e das outras regiões. Isso pode refletir desafios no Estado em termos de absorção de mão de obra, potencialmente relacionados a fatores como o envelhecimento populacional, altos índices de informalidade ou dificuldades de reintegração no mercado de trabalho.

Em síntese, o estado do Rio de Janeiro, no segundo trimestre de 2024, exibe uma participação relativamente menor na força de trabalho em comparação com os estados vizinhos e o Brasil como um todo. Este é um indicativo de que o Estado enfrenta desafios para aumentar a inclusão no mercado de trabalho e pode precisar de políticas voltadas à capacitação profissional, estímulo ao emprego formal e atração de investimentos para reverter essa tendência.

Gráfico 5 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição em relação à força de trabalho - 2º trimestre 2024



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

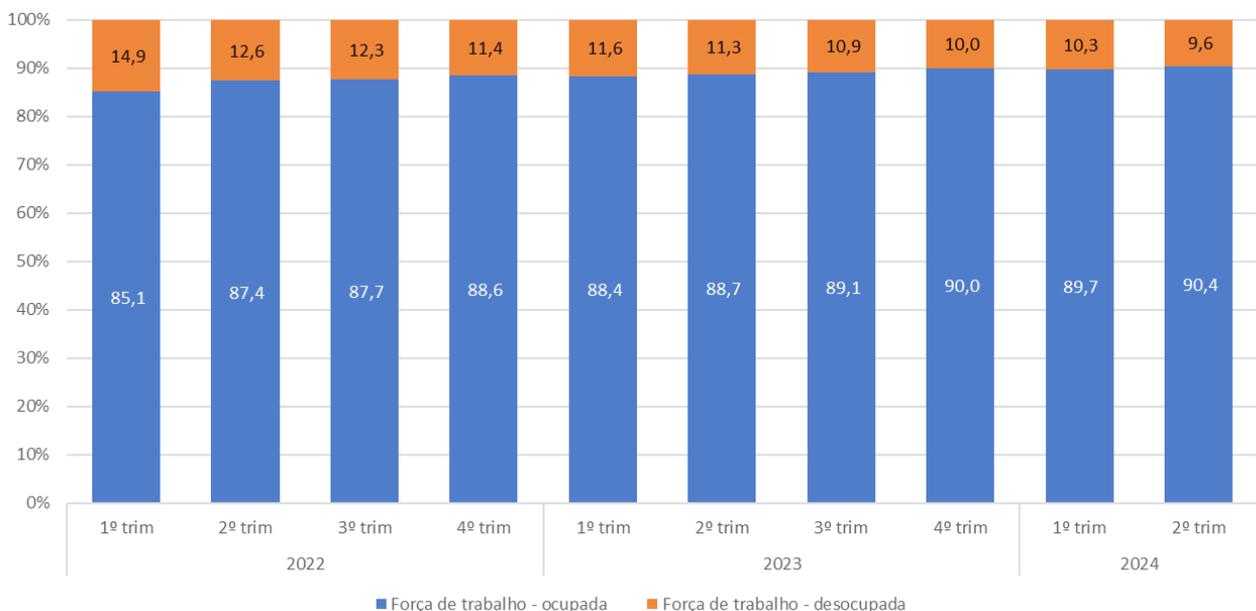
1.4 Condição de ocupação

O gráfico 6 exibe a condição de ocupação da população de 14 anos ou mais no estado do Rio de Janeiro, entre o 1º trimestre de 2022 e o 2º trimestre de 2024. Observa-se uma tendência de redução gradual da desocupação no Estado. No 2º trimestre de 2022, a porcentagem de desocupados era de 12,6%, enquanto a de ocupados era de 87,4%. Com o passar do tempo, a taxa de desocupação diminuiu consistentemente, atingindo 9,6% no 2º trimestre de 2024, com 90,4% da força de trabalho ocupada.

Essa redução de 3 pontos percentuais ao longo do período analisado sugere uma melhora no mercado de trabalho fluminense, com uma absorção gradual de trabalhadores anteriormente desocupados. O aumento contínuo da proporção de pessoas ocupadas pode indicar uma recuperação econômica, possivelmente refletindo uma retomada de atividades produtivas e maior criação de empregos.

No entanto, mesmo com a melhora, a taxa de desocupação de 9,6% no 2º trimestre de 2024 ainda é relativamente alta e representa um desafio para o Estado. Políticas de incentivo ao emprego, investimentos em setores dinâmicos da economia e programas de requalificação podem ser necessários para sustentar essa trajetória de melhora e continuar a reduzir a desocupação. Em resumo, o gráfico demonstra uma evolução positiva do mercado de trabalho no Rio de Janeiro, com uma diminuição da desocupação e um aumento da ocupação ao longo dos últimos dois anos, refletindo uma recuperação, embora ainda com espaço para avanços adicionais.

Gráfico 6 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição de ocupação (%) - estado do Rio de Janeiro (2022 a 2º trim. 2024)



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

1.5 Saldo de empregos

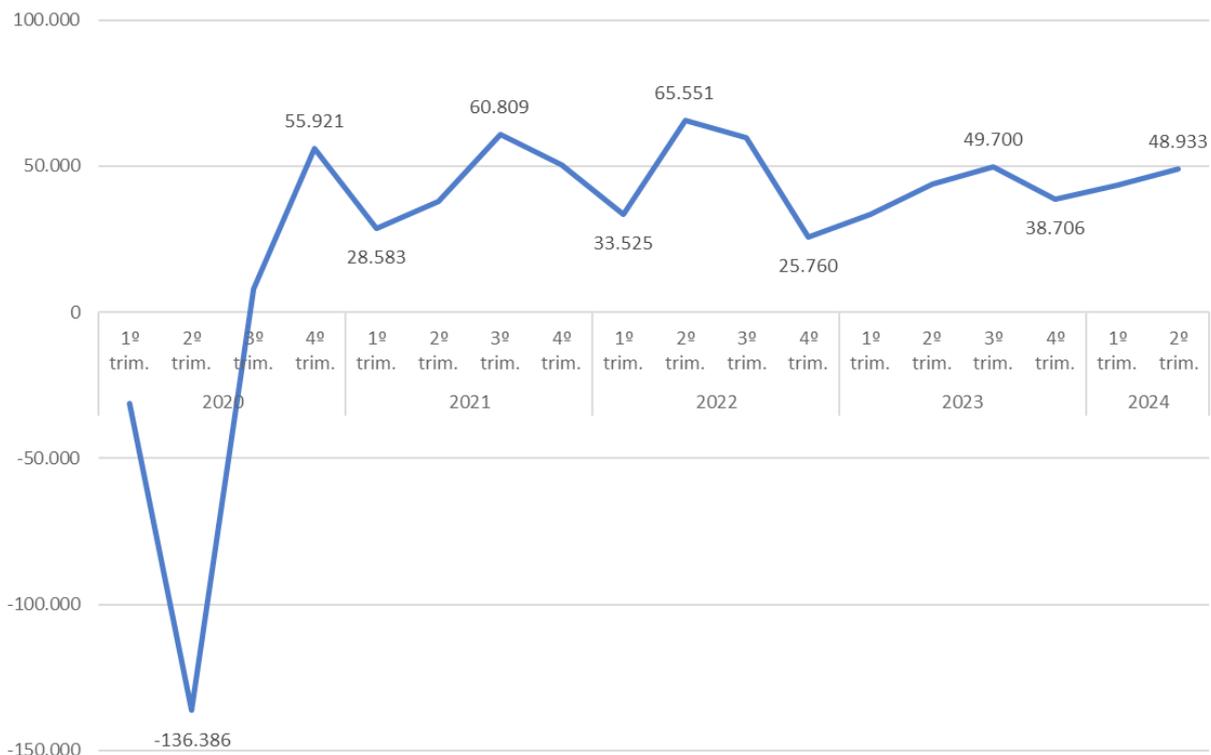
O gráfico 7 do saldo de empregos no estado do Rio de Janeiro revela grandes oscilações ao longo do período de 2020 a 2024, com mudanças significativas refletindo as condições econômicas do Estado. Uma das quedas mais acentuadas ocorre no 2º trimestre de 2020, onde o saldo de empregos registra um número negativo de -136.386, refletindo o impacto severo da pandemia de COVID-19, que resultou em uma perda massiva de empregos em diversos setores da economia. Esse ponto de inflexão marca o período mais crítico para o mercado de trabalho no Estado.

Após essa queda drástica, observa-se uma rápida recuperação no 3º trimestre de 2020, com o saldo de empregos saltando para 55.921 no 4º trimestre de 2020. Essa recuperação coincide com o início da flexibilização das restrições econômicas e a reabertura de setores produtivos. A partir desse ponto, o saldo de empregos continua a oscilar, com picos no 3º trimestre de 2021 (60.809) e no 2º trimestre de 2022 (65.551), sugerindo uma recuperação contínua da atividade econômica.

No entanto, em 2022, há uma queda nos números, com o saldo de empregos caindo para 33.525 no 1º trimestre e 25.760 no 4º trimestre, o que pode indicar uma desaceleração ou instabilidade econômica após a recuperação inicial. A partir de 2023, o saldo começa a se estabilizar, com um saldo positivo de 49.700 no 3º trimestre e 38.706 no 4º trimestre. Já no 2º trimestre de 2024, o saldo de empregos volta a subir para 48.933, sugerindo uma trajetória de recuperação mais sustentada.

Em resumo, o saldo de empregos no estado do Rio de Janeiro experimentou oscilações significativas nos últimos anos, fortemente influenciado pela crise pandêmica e seus desdobramentos, seguido por uma recuperação robusta em 2021 e um padrão mais estável, porém ainda volátil, nos anos seguintes. As flutuações recentes indicam um mercado de trabalho que ainda está se ajustando às novas condições econômicas.

Gráfico 7 – Saldo de empregos - estado do Rio de Janeiro (2020 a 2º trim. 2024)

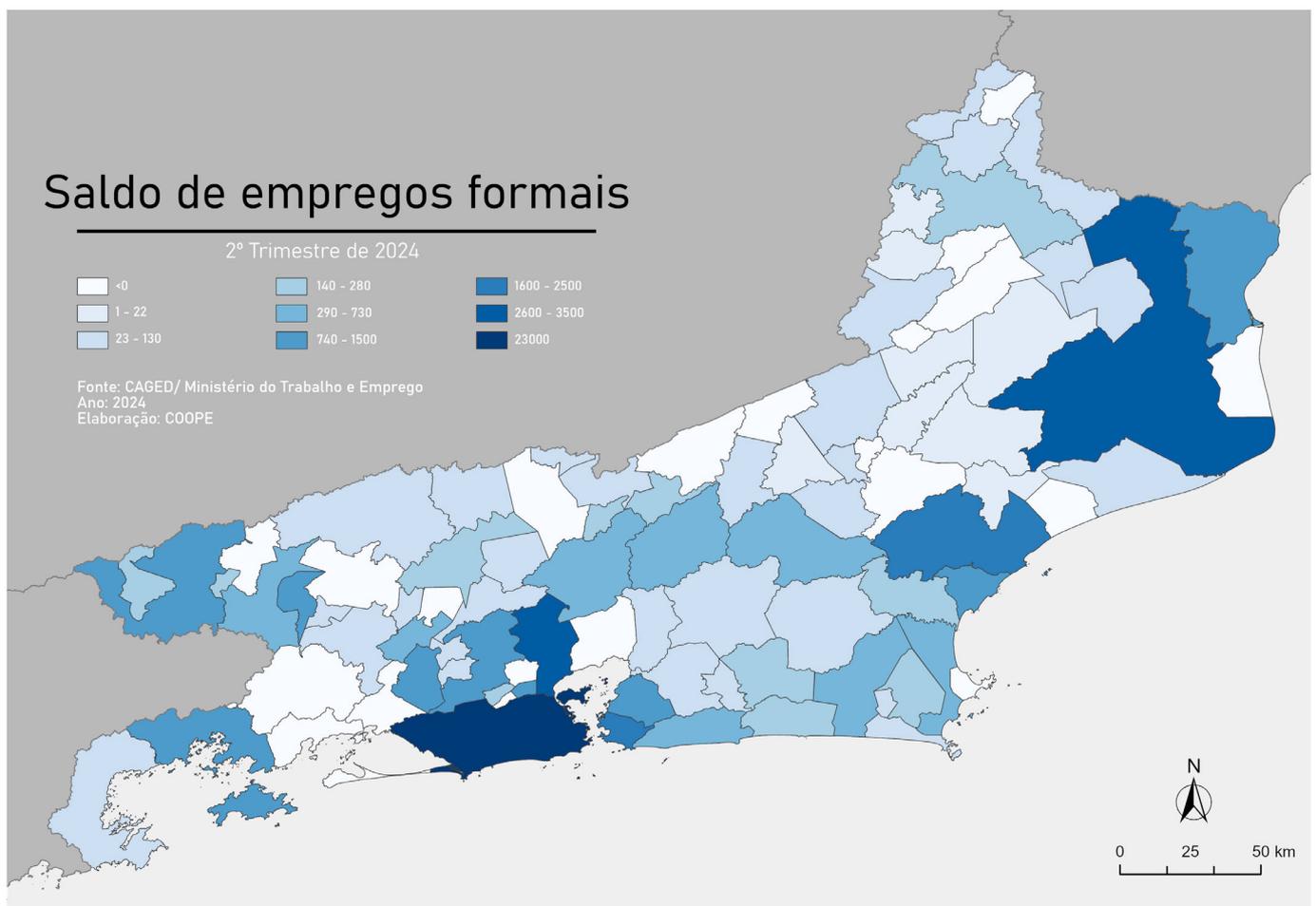


Elaboração própria | Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

O mapa 1 fornece o saldo de empregos formais por município no estado do Rio de Janeiro durante o segundo trimestre de 2024, de acordo com dados extraídos do Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). O mapa apresentado oferece uma visão detalhada da dinâmica do mercado de trabalho formal. Ao analisar a distribuição dos saldos de empregos por município, podemos identificar padrões e tendências que ajudam a compreender a complexidade da economia fluminense.

O saldo de empregos formais no segundo trimestre de 2024 reflete uma dinâmica econômica desigual no estado do Rio de Janeiro. As regiões metropolitanas e litorâneas continuam a se destacar como polos de geração de emprego, enquanto o interior apresenta um crescimento mais modesto, com alguns municípios estagnados ou com baixo saldo. Isso reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para diversificação econômica e fomento ao emprego no interior, reduzindo a dependência de setores específicos e promovendo uma maior equidade no desenvolvimento econômico regional.

Mapa 1 – Saldo de empregos formais por município no estado do Rio de Janeiro - 2º trimestre de 2024



Elaboração própria | Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

1.6 Saldo de empregos por grupamento de atividades econômicas

A tabela 2, a seguir, apresenta os saldos de emprego formal por grupamento de atividades econômicas no primeiro e segundo trimestre e o total do primeiro semestre de 2024. Observar os dados de saldo de empregos por grupamento de atividades econômicas é importante para entender a dinâmica setorial do mercado de trabalho fluminense. Cada setor contribui de maneira distinta para o crescimento econômico, e analisar o desempenho de cada grupamento permite identificar quais áreas estão mais aquecidas, criando mais oportunidades de emprego, e quais estão em retração. Essa análise setorial também facilita a identificação de setores estratégicos que podem ser alvo de políticas públicas específicas, como incentivos fiscais, programas de qualificação ou estímulos ao investimento, promovendo um desenvolvimento equilibrado.

No primeiro semestre de 2024, o setor de serviços liderou a geração de empregos no estado do Rio de Janeiro, com um saldo expressivo de 63.016 postos de trabalho. Esse resultado ressalta a importância do setor de serviços para a economia fluminense. Em seguida, destacam-se os setores de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais, que somaram 28.672 empregos, e o setor de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, com 16.389 postos.

Além disso, o setor de construção, com 15.145 empregos e a indústria geral, com 14.090 empregos são fundamentais para manter a competitividade do Estado, mostrando o equilíbrio entre setores tradicionais e os mais voltados à inovação e aos serviços especializados. No geral, observa-se no período um crescimento generalizado nos postos de trabalho, o que significa que a economia segue uma tendência de aquecimento.

Tabela 2 - Grupamento de atividades econômicas e seção CNAE 2.0

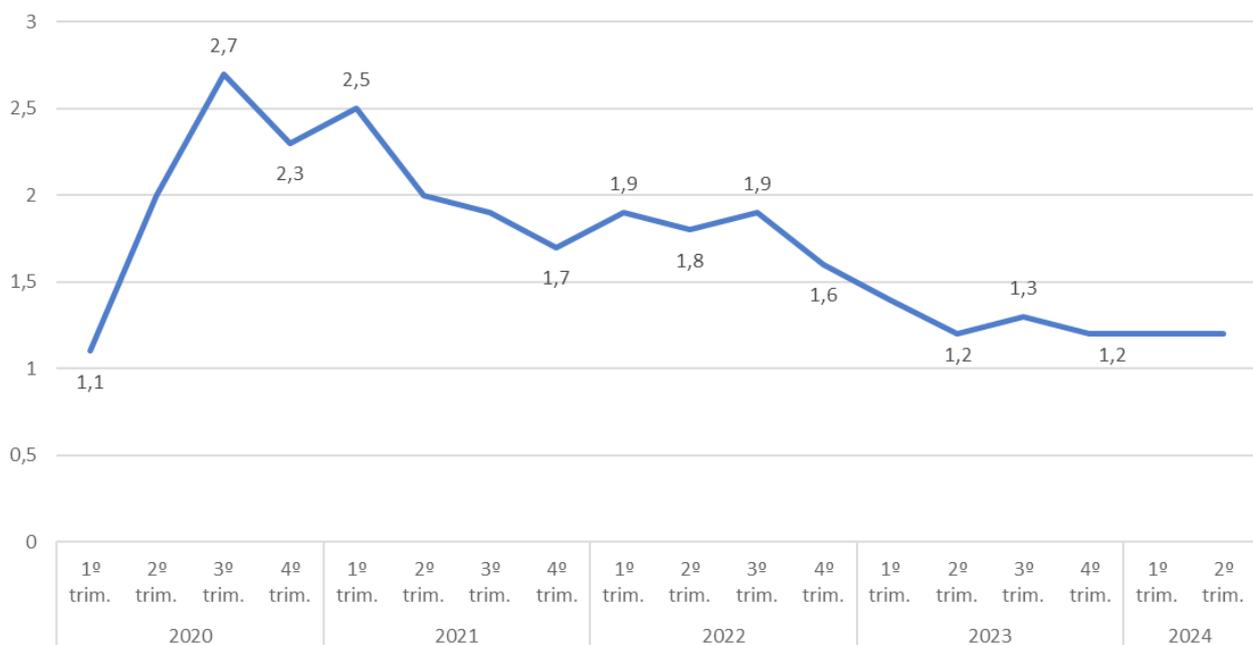
Grupamento de Atividades Econômicas e Seção CNAE 2.0	1º Trim/24	2º Trim/24	Total Semestre
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	-99	1.335	1.236
Indústria geral	6.355	7.735	14.090
Indústrias Extrativas	484	826	1.310
Indústrias de Transformação	5.300	6.148	11.448
Eletricidade e Gás	-50	258	208
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	621	503	1.124
Construção	9.875	5.270	15.145
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	-6.049	4.977	-1.072
Serviços	33.400	29.616	63.016
Transporte, armazenagem e correio	2.492	2.513	5.005
Alojamento e alimentação	3.566	2.783	6.349
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	4.848	11.541	16.389
Informação e Comunicação	1.307	623	1.930
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	44	-35	9
Atividades Imobiliárias	180	88	268
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	2.171	3.767	5.938
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	1.146	7.098	8.244
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	20.257	8.415	28.672
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	6.046	1.130	7.176
Educação	8.482	3.259	11.741
Saúde Humana e Serviços Sociais	5.729	4.026	9.755
Serviços domésticos	2	1	3
Outros serviços	2.235	4.363	6.598
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	963	1.131	2.094
Outras Atividades de Serviços	1.274	3.222	4.496
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	-2	10	8
Total	43.482	48.933	92.415

Elaboração própria | Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

1.7 Taxa de desalento

O gráfico 8 da taxa de desalento no estado do Rio de Janeiro, entre o primeiro trimestre de 2020 e o segundo trimestre de 2024, revela uma tendência de aumento acentuado no início da pandemia de COVID-19, atingindo seu pico de 2,7% no terceiro trimestre de 2020. Esse aumento reflete o impacto econômico da crise sanitária, que resultou na perda de empregos. Em 2021, observa-se uma queda gradual, com a taxa variando de 2,5% para 1,7%, à medida que a economia começou a se recuperar e as atividades foram retomadas. Em 2023, há uma redução mais significativa, atingindo 1,2%, nível que se manteve até o segundo trimestre de 2024, indicando uma recuperação no mercado de trabalho e maior confiança da população em retornar à busca por empregos.

Gráfico 8 – Taxa de desalento – estado do Rio de Janeiro (2020 a 2º trimestre 2024)



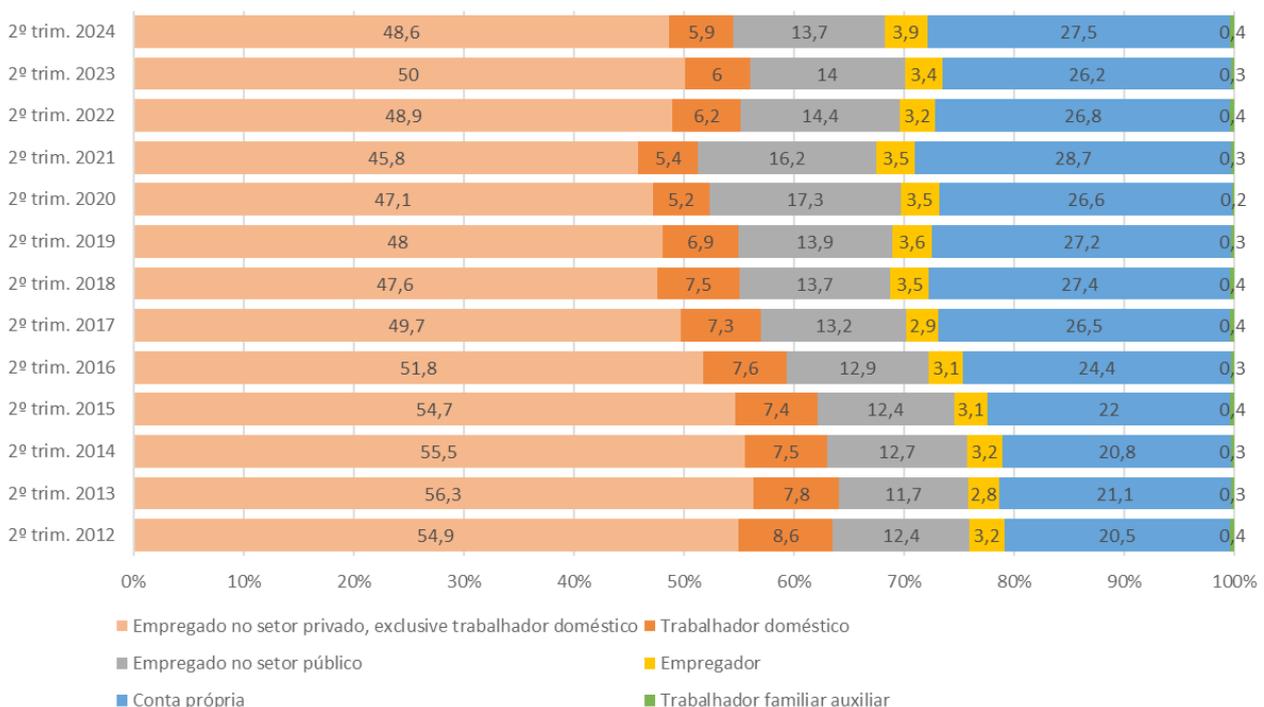
Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

1.8 Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal

O gráfico 9 mostra a distribuição das categorias de emprego no trabalho principal no estado do Rio de Janeiro entre 2012 e o segundo trimestre de 2023. Duas categorias que sofreram as maiores variações nesse período foram a de empregados no setor privado e trabalhadores por conta própria. No segundo trimestre de 2012, a categoria empregados no setor privado representava 54,9% dos trabalhadores, enquanto no segundo trimestre de 2024 caiu para 48,6%. Essa redução de mais de 6 pontos percentuais indica uma diminuição da proporção de trabalhadores no setor privado, potencialmente refletindo mudanças estruturais no mercado de trabalho, como a migração para outras formas de ocupação, como trabalho por conta própria e empregadores, ou o impacto de crises econômicas que afetam o setor privado de forma mais aguda.

Já a categoria “conta própria” saiu de 20,5% no segundo semestre de 2012 para 27,5% no segundo trimestre de 2024 evidenciando um aumento expressivo na proporção de trabalhadores por conta própria ao longo dos anos. Esse crescimento reflete uma tendência de aumento no empreendedorismo individual e na busca por formas alternativas de geração de renda, especialmente diante de crises econômicas, como a pandemia da COVID-19, que levou muitos trabalhadores a buscarem maior autonomia no mercado de trabalho. Além disso, o avanço tecnológico e a flexibilização nas relações de trabalho podem ter contribuído para esse crescimento, permitindo que mais pessoas explorem atividades autônomas.

Gráfico 9 – Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal - estado do Rio de Janeiro (2012 a 2º trim. 2024)



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

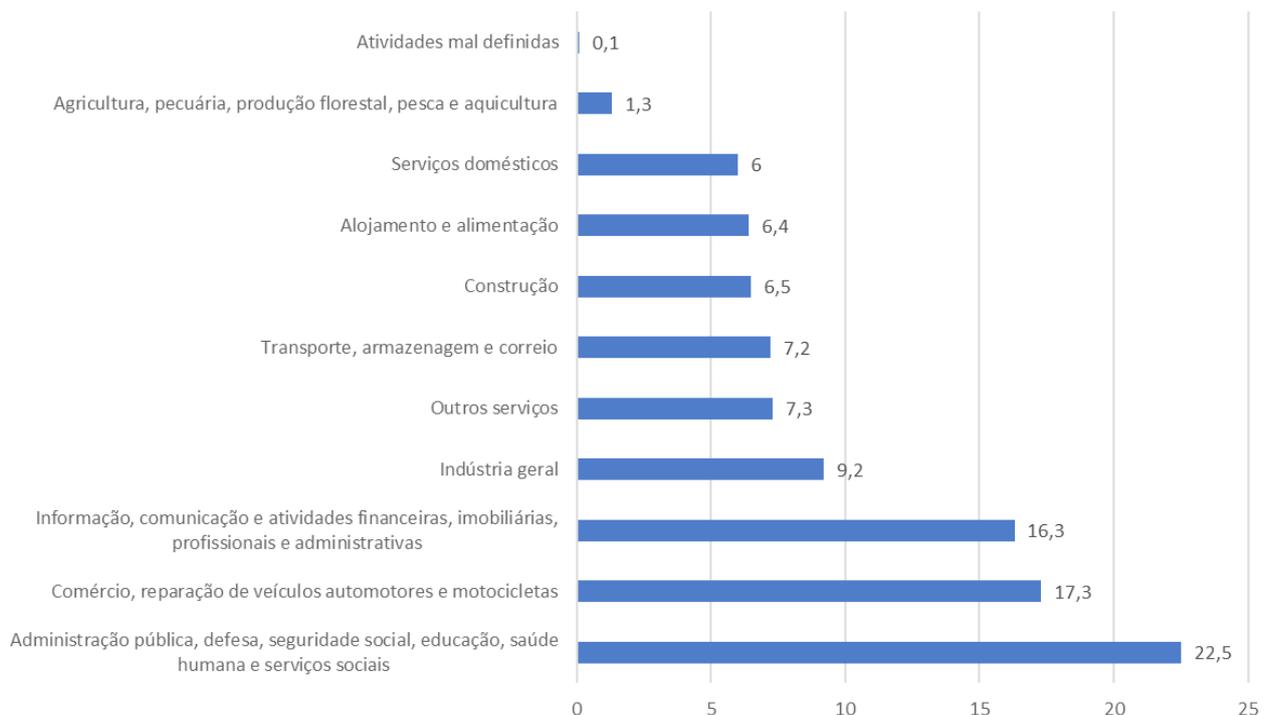
1.9 Pessoas ocupadas por grupamento de atividade no trabalho principal

O gráfico 10 apresenta a distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, de acordo com o grupamento de atividade no trabalho principal. O maior percentual de trabalhadores está concentrado na Administração pública, defesa, segurança social, educação, saúde e serviços sociais, representando 22,5% do total. Esse dado reflete a importância do setor público e dos serviços essenciais para o mercado de trabalho no estado do Rio de Janeiro.

Em seguida, o setor de Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas aparece com 17,3%, mostrando sua relevância como fonte de emprego, tanto em áreas urbanas quanto em regiões menos desenvolvidas. O setor de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas também se destaca, com 16,3%, indicando o crescente papel da economia digital e de serviços especializados.

No outro extremo, atividades como Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura e Serviços domésticos têm participações menores, com 1,3% e 6%, respectivamente, refletindo uma redução no número de pessoas ocupadas nessas áreas, possivelmente devido à urbanização e ao crescimento do setor de serviços.

Gráfico 10 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamento de atividade no trabalho principal - estado do Rio de Janeiro - 2º trimestre de 2024



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

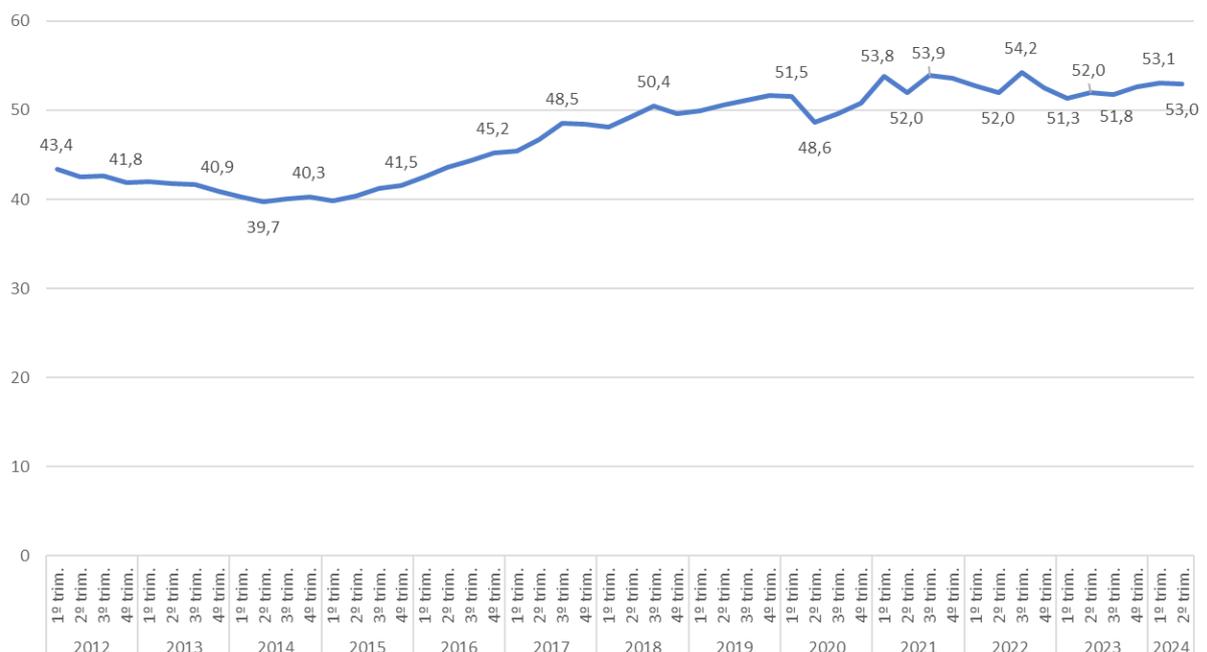
1.10 Informalidade do setor privado

O gráfico 11 indica um cenário preocupante para a economia do estado do Rio de Janeiro: uma elevada e persistente taxa de informalidade no setor privado. Essa taxa, que mede a proporção de trabalhadores sem registro formal, oscila ao longo dos anos, mas permanece consistentemente acima de 40%, atingindo picos superiores a 50% em alguns períodos.

A informalidade é prejudicial para a economia do estado do Rio de Janeiro por diversos motivos. Primeiramente, ela reduz a arrecadação de impostos, já que os trabalhadores e empresas informais não contribuem para o sistema tributário, diminuindo os recursos disponíveis para investimentos em áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura. Além disso, trabalhadores informais geralmente têm menos acesso a direitos trabalhistas, como seguro-desemprego, aposentadoria e férias, o que contribui para a precarização das condições de trabalho e aumenta a vulnerabilidade social. A informalidade também dificulta o planejamento econômico e o controle fiscal, pois grande parte das atividades econômicas não é contabilizada oficialmente, o que torna mais complexo implementar políticas públicas eficazes de desenvolvimento e geração de empregos formais.

Para reduzir significativamente a informalidade no Rio de Janeiro, é necessário um conjunto de ações coordenadas e eficazes. A simplificação dos processos burocráticos, a concessão de incentivos fiscais substanciais, como a redução do ICMS para empresas que formalizarem seus funcionários, e a oferta de programas de qualificação profissional gratuitos são medidas cruciais para tornar a formalização mais atrativa. A criação de cooperativas e o fortalecimento do sistema de crédito para pequenos negócios também são fundamentais. Paralelamente, a fiscalização rigorosa e o combate à sonegação, com o uso de ferramentas tecnológicas, são essenciais para garantir a equidade e aumentar a arrecadação. A parceria com o setor privado, por meio de programas de capacitação e apoio técnico, pode acelerar o processo de formalização. É importante ressaltar que a implementação dessas políticas exige um planejamento estratégico e a alocação de recursos financeiros adequados, além de um acompanhamento constante dos resultados para garantir a eficácia das ações.

Gráfico 11 – Informalidade do setor privado (%) - estado do Rio de Janeiro (2012 a 2º trim. 2024)



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

2. O perfil socioeconômico do Mercado de Trabalho do estado do Rio de Janeiro

A construção de uma análise detalhada do perfil socioeconômico do mercado de trabalho no estado do Rio de Janeiro, baseada na distribuição percentual das pessoas com 14 anos ou mais, segundo variáveis como sexo, grupo de idade, nível de instrução e cor ou raça, que estão fora da força de trabalho, desocupadas, ocupadas e na força de trabalho, é fundamental para orientar a formulação de políticas públicas eficazes. Essas informações permitem identificar com precisão as desigualdades e vulnerabilidades presentes no mercado de trabalho, destacando segmentos específicos da população que enfrentam maiores dificuldades de inserção ou que estão mais suscetíveis ao desemprego e à informalidade.

Ao analisar o mercado de trabalho a partir dessas variáveis, é possível compreender como diferentes grupos demográficos são impactados por fatores econômicos e sociais, como a desigualdade racial, de gênero e de escolaridade. Essa compreensão é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a inclusão social e econômica, com foco em reduzir as disparidades e criar oportunidades mais equitativas para todos os segmentos da população.

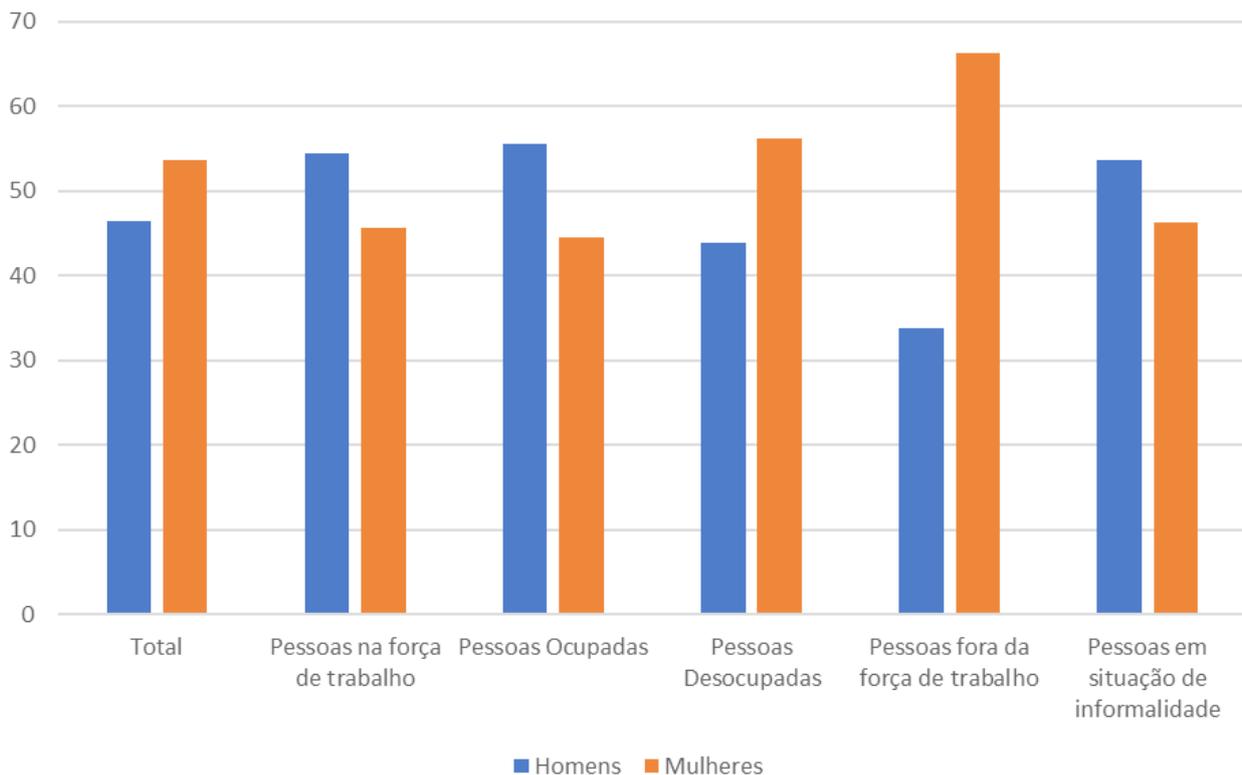
Além disso, a análise ajuda a identificar áreas prioritárias de intervenção, como a promoção de educação e qualificação profissional, iniciativas de incentivo à formalização do trabalho e o desenvolvimento de programas específicos para grupos sub representados no mercado de trabalho. A partir dessas informações, as políticas públicas podem ser mais direcionadas e adaptadas às reais necessidades da população, contribuindo para uma economia mais inclusiva e dinâmica no estado do Rio de Janeiro.

Por fim, uma análise robusta do perfil socioeconômico é crucial para monitorar os impactos das políticas implementadas ao longo do tempo e ajustar estratégias conforme as mudanças no cenário econômico e social, garantindo a construção de um mercado de trabalho mais justo e equilibrado.

2.1 Distribuição percentual por sexo

O gráfico 12 apresenta um cenário de desigualdade de gênero no mercado de trabalho do estado do Rio de Janeiro, o qual as mulheres enfrentam maiores dificuldades de inserção, tanto na participação da força de trabalho quanto na ocupação, além de apresentarem taxas mais altas de desocupação. As políticas públicas devem se concentrar em reduzir essas disparidades, promovendo maior equidade, especialmente no que diz respeito à inserção feminina no mercado e à diminuição das barreiras que afastam as mulheres da força de trabalho. Isso reflete as barreiras estruturais e sociais que ainda limitam a inserção feminina no mercado, como responsabilidades domésticas e a falta de políticas de apoio à igualdade de gênero no trabalho.

Gráfico 12 – Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade por sexo (%) - estado do Rio de Janeiro - 2º trimestre de 2024



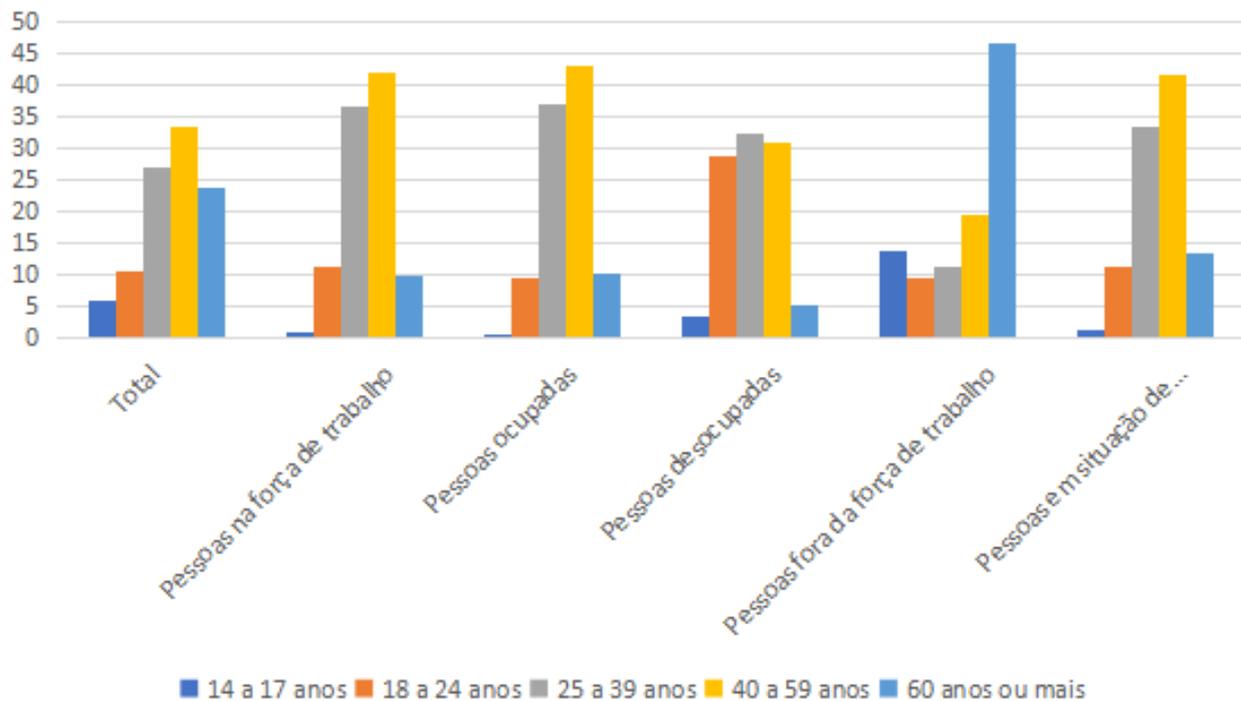
Elaboração própria | Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

2.2 Distribuição percentual por grupo de idade

O gráfico 13 apresenta a distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por grupo etário, no mercado de trabalho durante o segundo trimestre. Ele destaca que a participação na força de trabalho é maior entre os indivíduos de 25 a 39 anos e 40 a 59 anos, refletindo o auge da vida produtiva dessas faixas etárias. As pessoas de 14 a 17 anos e 60 anos ou mais têm as menores taxas de participação na força de trabalho, indicando que o primeiro grupo está mais vinculado à educação e o segundo, à aposentadoria ou inatividade.

O gráfico destaca que a desocupação entre pessoas de 18 a 24 anos é uma das mais altas entre os grupos etários analisados. Isso reflete as dificuldades que os jovens enfrentam para ingressar no mercado de trabalho formal, muitas vezes por falta de experiência ou qualificação adequada. Esse cenário sugere a necessidade de políticas públicas que incentivem a criação de vagas de emprego para jovens, como programas de estágio, capacitação profissional e parcerias com o setor privado para ampliar as oportunidades de inserção desses indivíduos no mercado de trabalho. Além disso, medidas que facilitem a transição dos estudos para o emprego podem ser fundamentais para reduzir essa desocupação, garantindo maior estabilidade econômica para essa faixa etária.

Gráfico 13 - Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade por grupo de idade (%) - estado do Rio de Janeiro - 2º trimestre de 2024



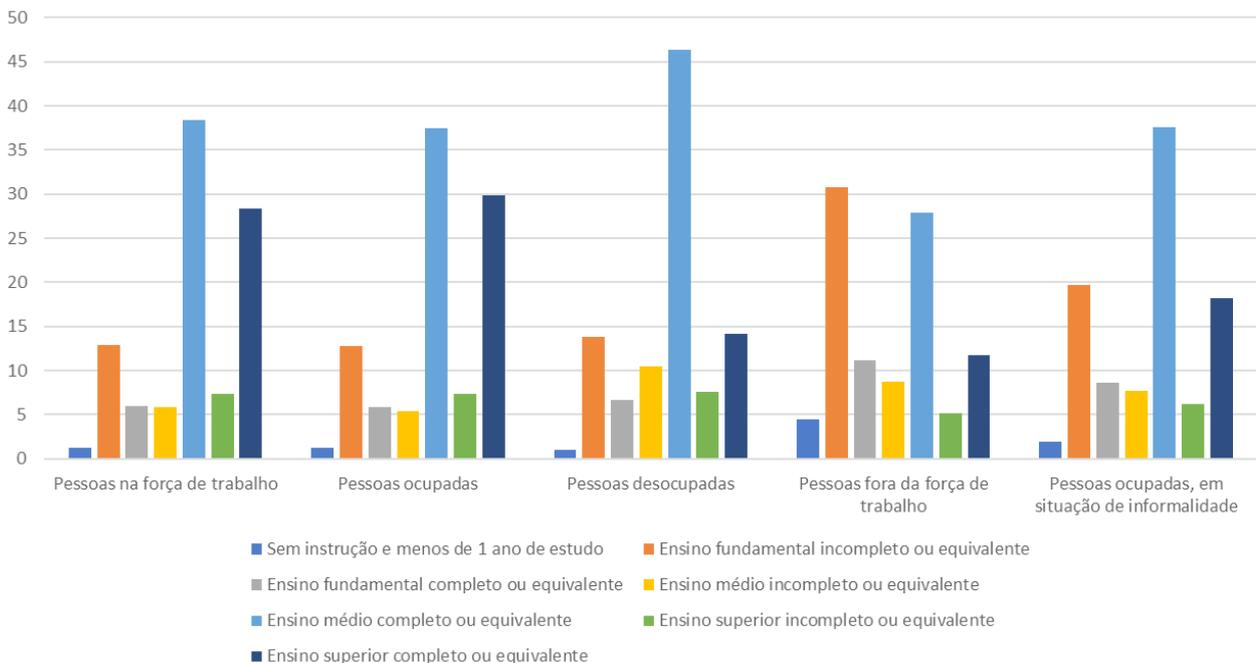
Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

2.3 Distribuição percentual por nível de instrução

O gráfico 14 mostra que pessoas com níveis mais baixos de instrução, como aquelas sem instrução ou com menos de um ano de estudo, estão predominantemente fora da força de trabalho e em situação de informalidade. A relação entre o nível de instrução e a posição no mercado de trabalho é clara: pessoas com menor escolaridade têm mais dificuldades em acessar empregos formais, o que aumenta sua presença na informalidade e fora da força de trabalho. Para combater esse cenário, o governo pode investir em políticas públicas que priorizem a educação e a qualificação profissional, como programas de formação técnica e continuada para jovens e adultos, além de políticas que incentivem o retorno aos estudos para quem não completou o ensino fundamental ou médio.

Os dados apresentados no gráfico apontam para a necessidade de investimentos em qualificação profissional e educação continuada, visando atender à demanda por mão de obra mais especializada. A redução da informalidade e a geração de empregos de qualidade são desafios urgentes. A expansão e a melhoria da educação básica e superior são cruciais para promover a equidade e o desenvolvimento econômico do Estado. Em resumo, o gráfico evidencia a importância da educação como fator determinante para a inserção no mercado de trabalho e a necessidade de políticas públicas que promovam a qualificação profissional e a geração de empregos de qualidade.

Gráfico 14 - Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade por nível de instrução (%) - estado do Rio de Janeiro - 2º trimestre de 2024



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

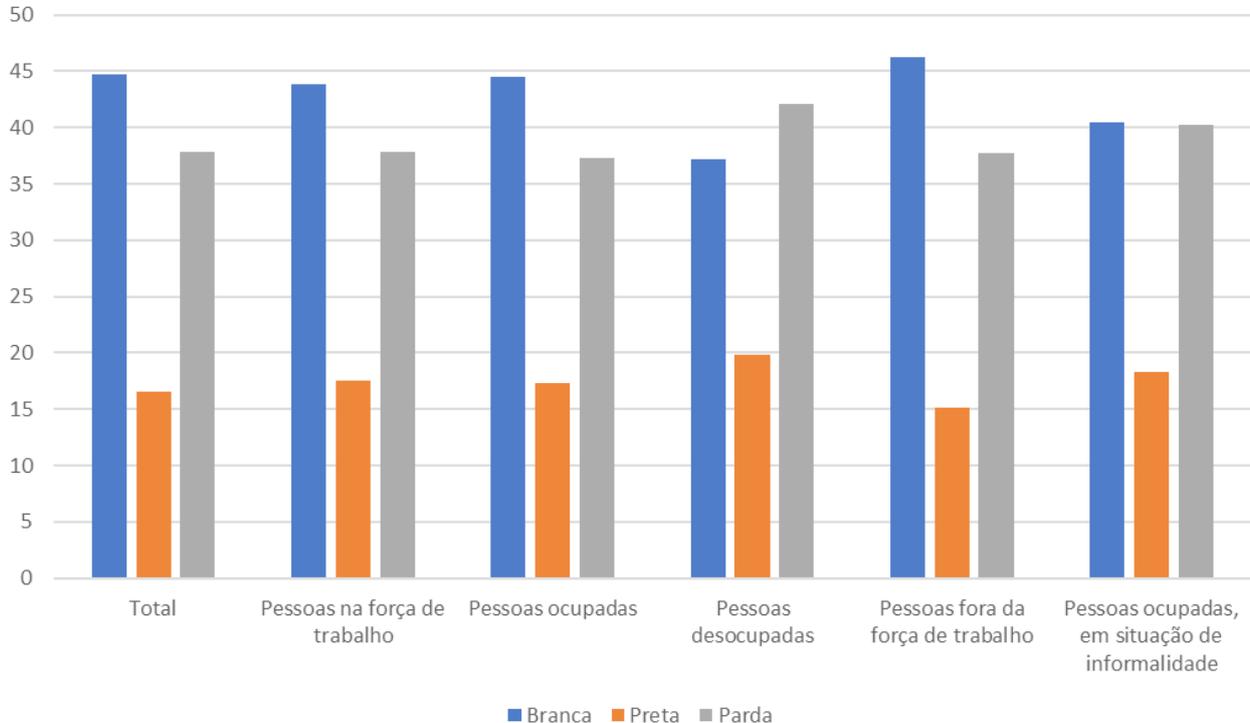
2.4 Distribuição percentual por cor ou raça

O gráfico 15 revela um quadro preocupante sobre as desigualdades raciais no mercado de trabalho. A população branca, em comparação com a preta e parda, demonstra maior participação na força de trabalho e menores taxas de desocupação. Essa disparidade se mantém consistente em todas as categorias analisadas, evidenciando um histórico de desigualdades raciais que perpassa diversas esferas da sociedade.

A informalidade do trabalho, com contratos precários e menor proteção social, atinge de forma desproporcional a população negra e parda. Essa situação coloca em evidência a existência de barreiras raciais que limitam o acesso a empregos de qualidade e perpetuam as desigualdades socioeconômicas. Os dados apontam para a necessidade urgente de políticas públicas que visem combater a discriminação racial no mercado de trabalho e promover a igualdade de oportunidades.

Para reverter esse cenário, é fundamental implementar ações afirmativas que promovam a inclusão de negros e pardos no mercado de trabalho. Cotas raciais em concursos públicos e universidades, programas de qualificação profissional direcionados para a população negra e parda, e o combate ao racismo institucional são algumas das medidas que podem contribuir para reduzir as desigualdades e construir uma sociedade mais justa e equânime.

Gráfico 15 - Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade por cor ou raça (%) - estado do Rio de Janeiro - 2º trimestre de 2024



Elaboração própria | Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

CONCLUSÃO

Em conclusão, os desafios do mercado de trabalho no estado do Rio de Janeiro, como o desemprego, a informalidade, a falta de qualificação, a desigualdade salarial, as desigualdades raciais e a precarização das relações de trabalho, refletem um panorama complexo que exige políticas públicas eficazes e bem direcionadas. A concentração das atividades econômicas em setores como petróleo e gás, a baixa diversificação produtiva e a dependência das rendas petrolíferas são problemas estruturais que afetam negativamente a oferta de empregos, a renda das famílias e a arrecadação do estado.

Para que o estado do Rio de Janeiro possa superar esses obstáculos, é fundamental que o governo estadual promova o desenvolvimento de setores econômicos diversificados, invista em educação e qualificação profissional e implemente políticas de inclusão social que combatam as desigualdades de gênero e raça. Somente com um mercado de trabalho mais equilibrado, formalizado e inclusivo será possível gerar um ciclo virtuoso de crescimento econômico, redução da pobreza e melhoria na qualidade de vida da população. O estudo detalhado do mercado de trabalho e a implementação de políticas públicas eficazes são, portanto, fundamentais para garantir um desenvolvimento socioeconômico sustentável e a construção de um futuro mais justo e próspero para o estado.



